

7 000 militares europeus para o Líbano

Sílvia Lima . IEEI

O impasse resolveu-se na reunião extraordinária de sexta-feira passada, 25 de Agosto, em Bruxelas. Os 25 ministros dos negócios estrangeiros da União Europeia confirmaram os respectivos contributos para a missão das Nações Unidas no Líbano, a UNIFIL II, e no final puderam anunciar um contingente de cerca de 7 000 militares europeus – quase metade da força prevista pela resolução 1701 do Conselho de Segurança.

O comando da UNIFIL II, em dúvida depois de a França ter recuado, foi-lhe entregue até Fevereiro de 2007, data em que passará testemunho à Itália, que já se havia oferecido para comandar a força multinacional. Depois das hesitações iniciais – que exasperaram os parceiros europeus – a França aceitou prolongar o comando da força até ao fim do mandato do Major-General Alain Pellegrini, e colocar no Líbano 2 000 militares. Para o presidente francês Jacques Chirac, no [discurso televisivo](#) proferido na véspera da reunião extraordinária, estavam finalmente reunidas e clarificadas as condições de operação da UNIFIL II, e, sendo assim, a França avançava.

Além do compromisso da França e da Itália (que já tinha anunciado estar disponível para enviar até 3 000 militares), outros [contributos europeus](#) ficaram acertados: a Espanha prometeu 1 000 homens, a Bélgica 400 ou mais, a Finlândia 250 elementos de uma companhia de engenheiros, a Bulgária uma fragata, uma equipa médica ou até 50 militares, a Polónia colocará no terreno até 500 militares, a Suécia e a Noruega prometeram forças navais, a Grécia ofereceu-se para enviar uma fragata, um helicóptero e homens-rã, a Eslovénia 10 a 20 soldados, a Dinamarca prometeu uma corveta, a Grã-Bretanha uma fragata e vários aviões e a Alemanha considerou enviar forças para patrulha da costa e apoio à polícia e alfândega libanesas (a [imprensa alemã](#) referiu, posteriormente, o envio de 1 200 militares, mas o governo ainda não confirmou este dado). Portugal irá enviar uma companhia de engenharia mecanizada, que poderá ter até 140 efectivos.

No final da reunião extraordinária dos 25 ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, [Kofi Annan](#), depois de anunciar que os europeus iriam constituir a “espinha dorsal” da força da ONU no Líbano, afirmou que a Europa tinha “assumido a sua responsabilidade”. Os receios de que a Europa se demitisse deste conflito, como de outros que assolaram o continente europeu na década de 90 do século passado, ficaram assim afastados. No entanto, as hesitações e a demora na tomada de posição por parte da UE revelou, uma vez mais, a debilidade da política externa comum e a dificuldade em fazer com que os 25 Estados membro falem a uma só voz.

O [ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia](#), Erkki Tuomioka, disse a um jornal finlandês que os seus colegas europeus agiam, nesta matéria, como num “jogo de intrigas” e que era impossível construir uma política externa comum europeia quando os documentos relacionados com o Médio Oriente eram imediatamente divulgados em Telavive, Washington e Moscovo.

A hesitação francesa foi, neste caso, paradigmática. No início de Agosto, Chirac tinha indicado que enviaria 5 000 soldados para o Líbano e tudo fez para a aprovação da

resolução 1701 do Conselho de Segurança. Depois recuou, argumentando que o mandato era pouco claro – mandato que seria clarificado por [dois documentos](#) sobre as regras e o conceito operacional da missão, que pouco mais fez do que [repetir](#) o que a resolução 1701 dizia, isto é, que os capacetes azuis tinham autorização para usar os meios necessários, incluindo abrir fogo, para se defenderem e garantir a paz e que o seu mandato não incluía desarmar o Hezbollah, missão que cabe ao exército libanês, mas antes manter a segurança na “zona tampão” entre a “linha azul” e o rio Litani.

Garantidas estas condições, Paris voltou a avançar para o comando da UNIFIL e divulgou o envio de uma força militar de 2 000 homens, não sem que Chirac afirmasse que considerava os 15 000 elementos projectados pela resolução 1701 um “[número excessivo](#)” e de concluir que a Europa tinha estado demasiado “[ausente](#)” da crise libanesa. Conjectura-se que [desentendimentos](#) com a estrutura militar tenham estado na origem destes recuos e avanços. Certo é que a hesitação francesa colocou os parceiros europeus em posição de stand-by, à excepção da Itália que se ofereceu para comandar a força multinacional e colocou à sua disposição o maior contingente militar nacional até agora. De resto, o [destacamento](#) das tropas italianas para o Líbano já começou e espera-se que esteja completo nos próximos dias.

Espera-se agora que outros membros da ONU avancem com contributos para a UNIFIL II. O secretário-geral da Organização da Conferência Islâmica (OCI), Ekmeleddin Ihsanoglu, afirmou já que os [países muçulmanos](#) poderão contribuir com 7 000 militares, igualando a oferta europeia. Indonésia e Malásia propuseram o envio de 1 000 homens cada, mas Israel tem-se mostrado relutante em aceitar a integração de forças de países com os quais não mantém relações diplomáticas. Turquia, Brunei e Paquistão estão também a considerar os seus contributos para a missão no Líbano.